



SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TI, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO ARQUIVO NACIONAL E A EMPRESA CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

**Processo nº 08060.000058/2015-45
CONTRATO Nº 12/2015**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Arquivo Nacional**, órgão integrante da estrutura básica do **Ministério da Justiça**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Praça da República, nº 173, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.374.067/0001-47, neste ato representado por seu Diretor-Geral Substituto, **Diego Barbosa da Silva**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 203.521.869 – IFP/RJ - expedida em 21 Maio 2004 e inscrito no CPF/MF sob nº 058.680.917/10, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.433, de 24 de outubro de 2011, do Ministro da Justiça, publicado no DOU de 25 de outubro de 2011, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.308.141/0001-76, sediada com matriz na Rua Sílvia, 110, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. **Valter Santos Lima Júnior**, portador da Carteira de Identidade nº 14.893.882-6, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 101.773.738-06, e pelo Sr. **José Moura de Souza Filho**, portador da Carteira de Identidade nº 11.558.415-8, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 011.540.928-95, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **Termo Aditivo ao Contrato**, sujeitando-se as partes ao contido nas Leis nos 8.666/93, e alterações posteriores, e a Lei 10.520/2002, demais normas complementares pertinentes, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a alteração clausula Terceira do contrato, conforme subcláusula abaixo:

Subcláusula Primeira – a alteração do item 3.1 da Cláusula Terceira - Preço, que passa a ter a seguinte redação:

3.1 – O valor mensal **estimado** da contratação é de **R\$ 119.623,73** (cento e dezenove mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), perfazendo o valor total **estimado** de **R\$ 1.435.484,76** (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos), com o valor unitário da UST (Unidade de Suporte Técnico) de R\$ 19,78 (dezenove reais e setenta e oito centavos).

Subcláusula primeira – Fica prorrogado o prazo de vigência de **18 de junho de 2017 até 17 de junho de 2018**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas, estimadas no valor anual de **R\$ 1.435.484,76** (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) correrão à conta do **Programa de Trabalho resumido: 0439120, Natureza da Despesa: 33 90 37**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REPACTUAÇÃO

As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DA GARANTIA

Após a assinatura do Termo Aditivo, a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia no valor de **R\$ 71.774,24** (setenta e um mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Termo Aditivo, a fim de assegurar a sua execução, nas modalidades previstas na Cláusula Décima do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Original e do Primeiro Termo Aditivo não modificada direta ou indiretamente pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VEDAÇÃO

É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação ao nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA FISCALIZAÇÃO MENSAL

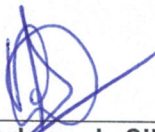
O pagamento da fatura mensal a empresa Contratada ficará condicionado à prévia comprovação de quitação de todas as obrigações trabalhistas mensais perante o Contratante, incluindo remuneração, eventuais adicionais devidos e encargos de FGTS e Previdenciários, mediante fiscalização mensal do pagamento integral e tempestivo dos salários dos empregados da terceirizada, inclusive eventuais horas devidas, conforme apurado em controle de jornada de trabalho, que será fiscalizado pelo Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

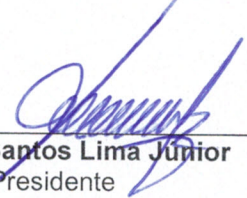
A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, as partes celebram este Termo Aditivo que, depois de lido e achado de acordo, é por elas assinado, dele sendo extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor do original.


Rio de Janeiro, de maio de 2017.



Diego Barbosa da Silva
Diretor-Geral Substituto do Arquivo Nacional



Valter Santos Lima Júnior
Presidente
Connectcom Teleinformática Com.e Serv.Ltda



José Moura de Souza Filho
Sócio-Diretor
Connectcom Teleinformática Com.e Serv.Ltda

TESTEMUNHAS:

NOME: Luciana de Souza Medeiros
IDENT: 333483157
CPF: 221227938-80

NOME: _____
IDENT: _____
CPF: _____